



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA
CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS, ESTADO DO TOCANTINS.**

CARLOS ENRIQUE FRANCO AMASTHA, brasileiro, casado, prefeito municipal, portador da cédula de identidade nº. 4.437.999-9, inscrito no CPF/MF sob nº. 489.616.205-68, residente e domiciliado na Quadra 204 Sul, HM 01, lote 22, Apartamento 205 - Setor Sudeste, CEP 77020-204, neste ato representado por seu procurador, que esta subscreve, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência propor **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL** em face de **LÚCIO CAMPELO DA SILVA**, brasileiro, casado, vereador, portador do RG nº. 861.317 SSP/TO, inscrito no CPF/MF n.º 300.996.761-68, podendo ser encontrado na Câmara Municipal de Palmas, localizada na Av. Joaquim Teotônio Segurado; 501 Sul, Conj 01, Lts 04 e 05, Palmas - TO Telefone:(63)3218-4630 CEP: 77016-002, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos.

I - DOS FATOS

O Autor surpreendeu-se quando chegou ao seu conhecimento o discurso proferido pelo Vereador Lucio Campelo da Silva, na tribuna da Câmara Municipal de Palmas, no dia 12/11/2015 (doc. anexo).

O Requerido procedeu às seguintes afirmações:

(...)

Eu vou trabalhar para expulsar o COLOMBIANO de Palmas, LADRÃO, DESONESTO e quebrando a nossa cidade. Tá quebrado a nossa cidade (...)

A partir de tais declarações percebe-se, que o Requerido ofendeu a dignidade e o decoro do Autor, além de imputar fato ofensivo à sua reputação, honra e imagem.

Ademais, a maneira em que se utilizou ao mencionar uma das nacionalidades do Autor, ficou evidente a discriminação e o preconceito ao mencionar de forma pejorativa “Eu vou trabalhar para expulsar o **colombiano**”.

Senhor Magistrado, o parlamentar extrapolou os limites permitidos pela legislação na prerrogativa de fiscalizar o Executivo. Seu escopo foi atingir a honra e desmoralizar o Requerente perante a sociedade Palmense.

O Autor sempre respeitou a atuação de qualquer parlamentar em sua prerrogativa constitucional de fiscalizar o Poder Executivo.

Não obstante isso, no caso em tela, o Requerido extrapolou os limites permissivos e adentrou na seara ofensiva à honra e a imagem do Autor.

Ora, Excelência, como bem nos ensina Arnaldo Marmitt "os atributos do ser humano, as virtudes que o adornam e o dignificam são seus valores espirituais, os valores da honradez, do bom nome, da personalidade, dos sentimentos de afeição, enfim, todo um patrimônio moral e espiritual de valia inestimável." (Arnaldo Marmitt; Perdas e Danos, p. 107, Aide Editora, Rio)

Viu-se o Autor diante de uma situação de extremo ridículo, **vez que sua reputação foi desmoralizada, diante da difamação e injúrias, que pela sua gravidade, originou, sem dúvida, intensa e séria repercussão.** Foi, conforme dito alhures, exposta toda a dignidade, honestidade e honra do Autor diante de toda população Palmense.

Acrescenta-se ainda, que o **Autor é um homem mundialmente conhecido, já foi Cônsul da Colômbia no Brasil, proprietário de estabelecimento de ensino a distância, com reconhecimento em diversos países, e ainda conhece pessoalmente e mantém relacionamento com diversas autoridades mundiais.**

Dessa forma, com a exposição proferida pelo Requerido na Tribuna e que está sendo amplamente repercutida nas redes sociais, notadamente *wattsapp*, certamente lhe exporá negativamente, atribuindo ofensa a sua reputação, honra e imagem.

Diante destes fatos, advieram alterações psicológicas, ocasionando-lhes dor, angústia e depressão, não restando outra alternativa a

não ser acionar o Judiciário, para que sua moral pelo menos em tese seja reparada.

II - DO DIREITO

A Carta Magna em seu art. 5º, X, estabelece que "*são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação*".

Sobre a violação da honra, colhe-se da obra de Rui Stoco:

O direito à honra, como sabem, se traduz juridicamente em larga série de expressões compreendidas como princípio da dignidade humana: o bom nome, a fama, o prestígio, a reputação, a estima, o decoro, a consideração, o respeito.

(...) a honra da pessoa é um bem resguardado pela Lei Maior e pela legislação infraconstitucional. Se ofendido, o gravame haverá de ser reparado, segundo os reflexos nocivos ocorridos no mundo fático.

Deste modo, atingindo-se o patrimônio, a indenização terá caráter patrimonial. Se, contudo, o prejuízo for apenas moral, mas efetivo, esse será a natureza da indenização devida (Responsabilidade civil e sua interpretação jurisprudencial. 2ª ed. São Paulo: RT. 1995, pp. 471-472).

Acerca do mesmo tema, preleciona, ainda, Yussef Said Cahali:

[...] tudo aquilo que molesta gravemente a alma humana, ferindo-lhe gravemente os valores fundamentais inerentes à sua personalidade ou reconhecidos pela sociedade em que está integrado, qualifica-se, em linha de princípio, como dano moral; não há como enumerá-los exaustivamente, evidenciando-se na dor, na angústia, no sofrimento, na tristeza pela ausência de um ente querido falecido; no desprestígio, na desconsideração social, no descrédito à reputação, na humilhação pública, no devassamento da privacidade; no desequilíbrio da normalidade psíquica, nos traumatismos emocionais, na depressão ou no desgaste psicológico, nas situações de constrangimento moral (Dano Moral, Revista dos Tribunais, 2000, pp. 20-21).

(...) na conjuntura atual, é necessário um equilíbrio nas relações entre a imprensa e a necessidade de resguardar a imagem, que é, sem dúvida, a representação única da pessoa humana, a simples divulgação ou reprodução da imagem da pessoa,

nos casos excepcionados em que não se reclama o seu consentimento prévio, somente se considera ilícita se molesta a sua honra, reputação, intimidade ou dignidade (Dano Moral, 2ª ed., p. 549).

Desnecessário perguntar-se se a ofensa à honra merece indenização. Tanto a doutrina como a jurisprudência admitem a indenização por dano moral de outrem. E o fundamento legal da reparação está inscrito no art. 186 do Novo Código Civil:

Art. 186 - Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Sabemos que, o que se passa no íntimo das pessoas, nas profundezas da sua psique, não é tarefa fácil de se decifrar, daí a dificuldade de serem firmados padrões certos e invariáveis para o aferimento da dor. Porém, ninguém pode contestá-lo, sendo que todos padecemos nossas dores, com maior ou menor intensidade, de acordo com cada um.

II.1 - Limite da Imunidade Parlamentar – Extrapolação.

No tocante à inviolabilidade material dos parlamentares municipais, disciplina a Constituição Federal em seu art. 29, VIII, confere a: *"inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município"*.

A respeito do tema, ensina **Alexandre de Moraes**:

"Seguindo a tradição de nosso direito constitucional, não houve previsão de imunidades formais aos vereadores; no entanto, em relação às imunidades materiais o legislador constituinte inovou, garantindo-lhe a inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do município.

A imunidade material dos membros do Poder Legislativo abrange a responsabilidade penal, civil, disciplinar e política, pois trata-se de cláusula de irresponsabilidade geral de Direito Constitucional material.

Desta forma, são requisitos constitucionais exigíveis para a caracterização da inviolabilidade do vereador: manifestação de vontade, por meio de opiniões,

palavras e votos; relação de causalidade entre a manifestação de vontade e o exercício do mandato, entendida globalmente dentro da função legislativa e fiscalizatória do Poder Legislativo e independentemente do local; abrangência na circunscrição do município. (Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional. 6ª ed., São Paulo: Atlas, 2006, p. 751/752).

O Poder Legislativo, além da função precípua de inovar o ordenamento jurídico, possui como atribuição a fiscalização do Poder Executivo, seja por meio de auxílio do Tribunal de Contas, seja por meio da adoção dos mecanismos judiciais próprios. **Contudo, não cabe ao parlamentar municipal, ainda que dotado de imunidade material relativa, valer-se desta prerrogativa para atacar infundadamente outro agente político.**

O animus narrandi não pode ser confundido com o animus difamandi ou injuriandi, sob pena de se permitir o cometimento de verdadeiros ilícitos (civis ou penais) em nome da liberdade de expressão.

Consoante dito alhures, o parlamentar extrapolou os limites permitidos na prerrogativa de fiscalizar o Executivo. Seu escopo foi atingir a honra e desmoralizar o Requerente perante a sociedade Palmense.

O Autor sempre respeitou a atuação de qualquer parlamentar em sua prerrogativa constitucional de fiscalizar o Poder Executivo.

Não obstante isso, no caso em tela, o Requerido extrapolou os limites permissivos e adentrou na seara ofensiva à honra e a imagem do Autor.

Corroborando com o exposto seguem precedentes jurisprudenciais:

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. MANIFESTAÇÃO DE VEREADOR. IMUNIDADE PARLAMENTAR. LIMITES E EXTENSÃO. OFENSA À HONRA. LIBERDADE DE EXPRESSÃO. CONFLITO DE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. EXCESSO VERIFICADO. DANOS MORAIS CARACTERIZADOS INDENIZAÇÃO DEVIDA. QUANTUM. É certo que os vereadores gozam de imunidade parlamentar - proteção conferida pela Carta Magna para permitir a livre manifestação e liberdades exigidas para o bom funcionamento de um Estado democrático. Entretanto, tal imunidade não é absoluta, assim como não o é nenhum outro direito tutelado pela nossa Constituição Federal. Há que se ponderar, no caso concreto, os

direitos conflitantes, preservando-se ao máximo os seus "núcleos" fundamentais. **No caso dos autos, a prova é farta a demonstrar que o réu extrapolou em seu discurso proferido na Tribuna da Câmara dos Vereadores - e transmitido pela rádio local - acusando injustamente o autor de ter praticado conduta ilícita, maculando, assim, a sua honra.** E tal fato não se encontra abarcado pela imunidade parlamentar, ensejando indenização pelos danos provocados - que, por sua vez, restaram bem comprovados(...) (Apelação Cível Nº 70057421182, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Eugênio Facchini Neto, Julgado em 31/01/2014) (TJ-RS - AC: 70057421182 RS , Relator: Eugênio Facchini Neto, Data de Julgamento: 31/01/2014, Nona Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 04/02/2014)

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. **VEREADOR. IMUNIDADE. I - VEREADOR QUE CONCEDE ENTREVISTA OFENSIVA À HONRA E À MORAL DE OUTRO EDIL. OFENSAS PESSOAIS QUE**

DESBORDAM DOS LIMITES DO ART. 29, VIII, DA
CRFB/88. DANOS MORAIS CARACTERIZADOS.
DEVER DE INDENIZAR. II -VERBA
INDENIZATÓRIA. EXTENSÃO DO DANO.
SITUAÇÃO ECONÔMICA DAS PARTES. CARÁTER
COMPENSATÓRIO, PEDAGÓGICO E INIBIDOR. III
- DANOS MATERIAIS. HONORÁRIOS
ADVOCATÍCIOS CONTRATADOS PELO
OFENDIDO PARA O AFORAMENTO DE QUEIXA-
CRIME. IMPOSSIBILIDADE. INDEPENDÊNCIA DAS
ESFERAS CÍVEL E CRIMINAL. DEVER DE
INDENIZAR AUSENTE. IV - DISTRIBUIÇÃO
SUCUMBENCIAL. REFLEXO DO ÊXITO DAS
PARTES NO FEITO. EQÜIDADE. COMPENSAÇÃO
DOS HONORÁRIOS. IMPOSSIBILIDADE.
RESERVA DA POSIÇÃO PESSOAL DO RELATOR.
SENTENÇA REFORMADA. RECURSO
PARCIALMENTE PROVIDO. I - **Se a "opinião"**
externada, alegadamente em função do exercício
de munus público, suplantou os limites da crítica
política, adentrando na esfera íntima do agente
político ofendido, o seu teor não é protegido pela
imunidade parlamentar. **Relativiza-se a**

imunidade para que, de um lado, não sirva como salvo-conduto para ofensas de toda ordem, e, de outro, restem preservados os valores atinentes à personalidade da vítima . (AC n.º , Des. Subst. Henry Petry Junior). **Nesses termos, diante do abuso perpetrado pelos réus, devem estes serem condenação ao pagamento de indenização por danos à honra objetiva do autor**. 3. A indenização a título de danos morais deve ser arbitrada de forma a compensar o abalo experimentado pelo autor, além do intuito de alertar aos ofensores a não reiterarem a conduta lesiva. Entretanto, não existem parâmetros legais objetivos para se fixar a reparação. (TJ-SC - AC: 426102 SC 2010.042610-2, Relator: Marcus Tulio Sartorato, Data de Julgamento: 22/10/2010, Terceira Câmara de Direito Civil, Data de Publicação: Apelação Cível n. , de Santo Amaro da Imperatriz).

Ação de indenização por danos morais. **Réu, vereador em comarca do interior, que propaga informações injuriosas acerca da vida pessoal do prefeito em sessão plenária da Câmara Municipal. Danos morais caracterizados.**

Sentença de procedência que se confirma por seus próprios fundamentos (art. 252 do RITJSP).
Apelação do réu improvida. (TJ-SP - APL: 00118194520078260597 SP 0011819-45.2007.8.26.0597, Relator: Cesar Ciampolini, Data de Julgamento: 18/11/2014, 10ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 19/11/2014

EMENTA: RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. **VEREADOR. INVIOABILIDADE PARLAMENTAR NÃO CONFIGURADA.** RADIALISTA. ÂNIMO DE OFENDER. **EXTRAPOLAÇÃO DO DIREITO DE INFORMAÇÃO. VALOR DA INDENIZAÇÃO. CRITÉRIOS. 1. A imunidade parlamentar do vereador, prevista no art. 29, inciso VIII da Carta Magna, não o autoriza a proferir ofensas infundadas** (...) (TJ-PR - AC: 1650466 PR Apelação

Cível - 0165046-6, Relator: Ruy Cunha Sobrinho,

Data de Julgamento: 18/11/2004, 9ª Câmara Cível,

Data de Publicação: 29/11/2004 DJ: 6755)

A doutrina e a jurisprudência têm firmado entendimento de que:

"a indenização por danos morais deve traduzir-se em montante que represente advertência ao lesante e à sociedade de que não se aceita o comportamento assumido, ou o evento lesivo advindo. Consubstancia-se, portanto, em importância compatível com o vulto dos interesses em conflito, **refletindo-se, de modo expresso, no patrimônio do lesante, a fim de que sinta, efetivamente, a resposta da ordem jurídica aos efeitos do resultado lesivo produzido. Deve, pois, ser quantia economicamente significativa, em razão das potencialidades do patrimônio do lesante**" (Carlos Alberto Bittar, Reparação civil por danos morais, RT, 1993, p. 220).

Conforme esclarece José Raffaelli Santini, "inexistindo critérios previstos por lei a indenização deve ser entregue ao livre arbítrio do julgador que, evidentemente, ao apreciar o caso concreto submetido a exame fará a entrega da prestação jurisdicional de forma livre e consciente, à luz das provas que forem produzidas. **Verificará as condições das partes, o nível social, o grau de escolaridade, o prejuízo sofrido pela vítima, a intensidade da culpa e os demais fatores concorrentes para a fixação do dano, haja vista que costumeiramente a regra do direito pode se revestir de flexibilidade para dar a cada um o que é seu.** [...]" O que prepondera, tanto na doutrina,

como na jurisprudência, é o entendimento de que a fixação do dano moral deve ficar ao prudente arbítrio do juiz " (Dano moral: doutrina, jurisprudência e prática, Agá Júris, 2000, p. 45).

Assim temos que é correta a compensação pelo sofrimento suportado diante de tantas ofensas e impropérios. Falamos em compensação, pois devolver ao Autor o que perdeu diante de toda uma comunidade como o respeito e a moral, seria impossível.

Aliás, Excelência, sabemos que a dor é incomensurável, no entanto o objetivo do ressarcimento não constitui a indenização de um dano indireto, mas a satisfação do ultraje, do ressentimento, do pesar causado pela ofensa na vida dos autores.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto requer seja:

a) determinado a citação do Réu, por oficial de justiça, com os benefícios do art. 172, parágrafo 2º, do CPC, para, caso queira, ofereça a defesa cabível, no prazo legal sob pena de revelia e confissão;

b) julgado procedente o pedido, para que o réu seja condenado a indenizar o Autor a título de danos morais em quantia nada menos que **R\$ 100.000,00 (cem mil reais)**, por ser uma medida da mais inteira justiça;

c) o réu condenado ao pagamento das despesas judiciais, acrescidas dos honorários advocatícios;

d) a oitiva das testemunhas que serão arroladas no prazo legal;

e) a produção de todas as provas em direito admitidas, especialmente documental, testemunhal e depoimento pessoal.

f) Considerando a impossibilidade de juntada do vídeo da sessão da Câmara Municipal do dia 12/11/2015, requer seja deferido o protocolo diretamente em cartório.

Dá-se à causa o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

Nesses Termos,

Pede Deferimento.

Palmas-TO, 12 de novembro de 2015.

Leandro Manzano Sorroche

OAB/TO 4.792

Sinthia Ferreira Caponi

OAB/TO 6.536

Suelen Ivana Sevalho Fortes

OAB/TO 6.296



Ana Júlia F. dos Santos Aires

OAB/TO 6.792

Bruno Andrino Chirico

OAB/TO 6.175

DOCUMENTOS ANEXADOS

- 1) Procuração
- 2) Documentos pessoais e comprovante de endereço
- 3) Comprovante de pagamento de custas
- 4) Vídeo da sessão da Câmara Municipal do dia 15/04/2014 a ser protocolizado diretamente no cartório.